



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO LEGISLATIVO**

Vistos, etc.

Trata-se de projeto de lei que acresce dispositivo na Lei Complementar nº 2.635, de 04 de maio de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município e dá outras providências.

A mensagem justificativa informa que:

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho o Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo incluir o artigo 74-A na Lei Complementar nº 2.635, de 04 de maio de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Montenegro, a fim de autorizar a concessão de diárias internacionais aos servidores e agentes públicos que se deslocarem a serviço para fora do território nacional.

Atualmente, a legislação municipal prevê o pagamento de diárias apenas para deslocamentos dentro do território nacional, o que acaba por limitar a atuação de servidores que eventualmente necessitem representar o Município em eventos, cursos, missões técnicas, congressos, visitas institucionais ou outras atividades de interesse público realizadas no exterior.

A previsão legal das diárias internacionais visa suprir essa lacuna, garantindo a devida indenização pelas despesas de deslocamento e estadia dos agentes públicos em viagens oficiais internacionais, observando-se critérios de economicidade, transparência e legalidade.

Nesse sentido, solicito a aprovação do presente projeto de lei complementar.

Atenciosamente,

Relatei.

Trata-se de assunto de interesse local, portanto, albergada na competência municipal nos termos do artigo 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil.

Quanto à iniciativa, relevante é a observância das normas previstas na Constituição Estadual, visto que, em caso de eventual controle de constitucionalidade, o parâmetro para a análise da conformidade vertical se dá em relação ao disposto na Constituição Gaúcha,

**“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



conforme preveem o artigo 125, § 2º, da CF/88 e o artigo 95, XII, alínea "d", da CE/RS. Apenas excepcionalmente o parâmetro da constitucionalidade será a Constituição Federal, desde que se trate de normas constitucionais de reprodução obrigatória (STF, RE nº 650.898/RS). Refere o artigo 60 da CE/RS:

Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que: II - disponham sobre: d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

No âmbito municipal, o artigo 48 da Lei Orgânica, à semelhança do artigo 60 da Constituição Estadual, faz reserva de iniciativa aos projetos de lei sobre certas matérias:

Art. 48. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre: IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

A redação proposta é a seguinte:

**"Art. 74-A. As diárias poderão ser concedidas também para custear despesas com deslocamento, alimentação e estadia no exterior, denominadas diárias internacionais, destinadas a servidores ou agentes públicos que se deslocarem a serviço para fora do território nacional.**

**§ 1º O valor das diárias internacionais será fixado em ato do Chefe do Poder Executivo, mediante regulamento específico, considerando a variação do custo de vida e das despesas conforme o país de destino.**

**§ 2º As diárias internacionais não se confundem com as indenizações de transporte ou outras vantagens percebidas pelo servidor.**

**§ 3º O uso do Cartão Corporativo Institucional (CCI) para o pagamento das diárias e outras despesas de viagem, será regulamentado por Decreto Municipal."**  
**(NR)**

Muito embora não seja matéria atinente ao campo de análise jurídica, entendo que seria conveniente ao executivo municipal que, em reunião com o legislativo, demonstrasse em quais situações houve a ocorrência da necessidade de indenização por despesas de deslocamento ao exterior, que geraram a necessidade da implementação de tal medida, ou se há alguma perspectiva de missão internacional do executivo municipal nos próximos meses.

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Montenegro Cidade das Artes**



Independentemente do acima indicado, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Montenegro/RS, 07 de novembro de 2025.

**Adriano Bergamo**

Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961